



經濟局

Direcção dos Serviços de Economia

**Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Ho Ion Sang**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e tendo em consideração o parecer do Conselho de Consumidores, relativamente à interpelação escrita apresentada pelo Senhor Deputado Ho Ion Sang, de 25 de Maio de 2020, encaminhada através do ofício da Assembleia Legislativa n.º 513/E394/VI/GPAL/2020, de 2 de Junho de 2020, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 3 de Junho de 2020, cumpre-nos responder o seguinte:

Para se articular com o lançamento do “Plano de subsídio de consumo”, a partir de meados de Abril de 2020, a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) reforçou as acções de inspecção às lojas de venda a retalho espalhadas em diferentes zonas para conhecer a familiarização da operação dos aparelhos por parte dos comerciantes, tendo-lhes explicado as regras de utilização e relembrado os aspectos a ter em atenção na utilização do cartão de consumo. Ao mesmo tempo, a DSE deu acompanhamento aos preços anormais no mercado reflectidos pelos residentes por meio de diferentes canais, tendo sido efectuadas, entre 15 de Abril e 15 de Junho, mais de 2.700 acções inspectivas e inspeccionados aleatoriamente mais 13.000 tipos de mercadorias. Além disso, na sequência do início da utilização dos cartões de consumo, a partir de 1 de Maio, a DSE e o Conselho de Consumidores (CC) realizaram constantemente inspecções conjuntas a diversos supermercados de modo a inteirar-se da situação dos preços, envidando todos os esforços para fiscalizar, no âmbito das suas competências, os preços dos produtos comercializados no mercado, esperando-se que sejam protegidos de forma mais eficaz os direitos e interesses dos consumidores e seja assegurada a ordem normal do mercado. Quanto aos eventuais casos ilegais, estes serão acompanhados nos termos legais.

Além disso, no sentido de assegurar uma fiscalização social forte à oscilação de preços, bem como de permitir que os consumidores façam opções mais inteligentes em torno do consumo, o Governo da RAEM reforça tanto a



fiscalização dos preços de produtos como a transparência na divulgação de informação dos mesmos. A título exemplificativo, no sentido de garantir maior transparência de preços em supermercados e prestar atenção à oscilação de preços, a partir de Março deste ano, o CC escolheu 44 supermercados locais que são sucursais de maior escala das cadeias de supermercados e os mais representativos na zona onde se situam, para serem alvo de investigação, fiscalizando os preços de cerca de uma centena de tipos de produtos classificados nas 6 categorias, que incluem cereais, óleo, alimentos derivados e bebidas, bem como procedendo à investigação específica aos preços de produtos classificados nas 6 categorias, nomeadamente “desinfectantes”, “medicamentos não sujeitos a receita médica”, “leite em pó para bebés”, “papel higiénico”, “carne suína fresca” e “pão”.

Atendendo à situação real, o CC, em Maio deste ano, passou a realizar a fiscalização de preços em supermercados para duas vezes por semana, divulgando o seu relatório no mesmo dia de fiscalização para que os consumidores façam comparação de preços, por forma a aumentar a transparência de preços de produtos à venda nos supermercados. Ao mesmo tempo, a partir de Junho, foi aumentado para 7 o número de categorias de produtos sujeitos à fiscalização pelo CC, envolvendo um total de 103 tipos de produtos, a fim de facultar mais informações sobre produtos aos residentes de Macau.

As informações referentes aos preços a retalho dos produtos supracitados são divulgadas ao público através do Posto das Informações de Preços de Macau, disponível na aplicação informática e página electrónica do CC. Segundo os dados do CC, até Maio do ano corrente, a aplicação informática “Posto de Informações de Preços de Macau” contou cumulativamente com mais de 140 mil utilizadores, assim como registou mais de 280 mil visitas entre Janeiro e Maio deste ano, o que reflecte que muitos consumidores sabem consultar as informações sobre preços de produtos facultadas pelo CC.



Além disso, no quadro do mecanismo de avaliação anual de Loja Certificada, o CC realiza anualmente uma avaliação a todas as Lojas Certificadas, sendo-lhes atribuídos os símbolos de qualidade de Loja Certificada para o respectivo ano, desde que tenham reunido os requisitos, com vista a fomentar o aperfeiçoamento contínuo dos estabelecimentos comerciais, e melhorar, assim, eficazmente a qualidade dos mesmos. Se se verificar o incumprimento do Regulamento e Compromisso das Lojas Certificadas por parte de qualquer Loja Certificada, este será tratado pelo CC de acordo com o mecanismo definido. Em caso de incumprimento grave, ser-lhe-á retirada a qualidade de Loja Certificada.

Ao mesmo tempo, após receber a reclamação, o CC promoverá a resolução de conflitos de consumo disponibilizando a duas partes envolvidas a forma de mediação, conciliação ou arbitragem, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 4/95/M (Reestrutura o Conselho de Consumidores), de 12 de Junho. Se se verificar qualquer ilegalidade, o caso será encaminhado para as entidades fiscalizadoras nos termos legais, para que as mesmas procedam ao correspondente acompanhamento do caso.

Por outro lado, a partir do início do “Plano de subsídio de consumo”, em Maio, este tem contribuído, de certo modo, para dinamizar a economia e alargar a procura interna e os dados reflectem que vários sectores beneficiam do plano. Até 15 de Junho, o volume total das transacções respeitantes ao cartão de consumo foi de 1.460 milhões de patacas. Ordenado conforme o montante de consumo, o sector de restauração ocupa a maior proporção do montante total consumido através de cartões de consumo em todos os sectores, correspondendo a cerca de 24,2%, neste sector, o número de transacções e o montante de consumo nos “estabelecimentos de comidas e lojas de sopas de fitas e canjas” ocupam o primeiro lugar, representando 46,8% e 32,5%, respectivamente. Na vertente do comércio a retalho, os “supermercados” são aqueles que registaram o maior valor das transacções, representando 23,0% do montante total das transacções. Além disso, quanto ao montante de consumo em outros sectores, como os “vestuário e acessórios e artigos de couro”,



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau

經濟局

Direcção dos Serviços de Economia

“produtos de medicina e produtos de ginseng ervas”, “aviário, vegetais e carnes e vendilhões de mercado” e “produtos electrónicos e electrodomésticos”, registaram-se percentagens que variam entre 6% e 7% do montante total das transacções.

Com vista a saber as opiniões dos residentes e comerciantes sobre o “Plano de subsídio de consumo” e avaliar o impacto do mesmo plano na economia de Macau, a DSE encarregou uma instituição académica de realizar investigação. Os resultados do inquérito servirão também de referência para o lançamento da 2.<sup>a</sup> fase do “Plano de subsídio de consumo”.

Tendo em conta que o “Plano de subsídio de consumo” constitui uma medida provisória e lançada pela primeira vez, o Governo da RAEM vai continuar a auscultar as opiniões e sugestões dos deputados e dos diversos sectores da sociedade, bem como rever o funcionamento geral do referido plano para que sejam atingidos os objectivos pretendidos do plano.

Aos 29 de Junho de 2020.

O Director dos Serviços de Economia,

Tai Kin Ip